



União quitou R\$ 244 milhões para estados e municípios em setembro

IBGE estima safra de grãos recorde em 2026: 354,5 milhões de toneladas

Página 3

FMI prevê que Brasil subirá para 8ª maior economia do mundo em 2027

Página 5

Metrô de SP vai realizar audiências públicas sobre a Linha 22-Marrom, que vai ligar Cotia e Osasco

O Metrô de São Paulo avança mais uma etapa para a implantação da Linha 22-Marrom. Na terça-feira (13), o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), publicou no Diário Oficial as datas e os locais das audiências públicas que serão realizadas para apresentar à população o projeto de implantação da nova linha que vai ligar Cotia e Osasco à capital, no bairro do Sumaré.

As reuniões, que serão realizadas nos dias 1, 2 e 3 de dezembro nos municípios de Osasco, Cotia e São Paulo, respectivamente, representam um importante momento, permitindo que a sociedade conheça os detalhes do empreendimento e esclareça dúvidas sobre o projeto.

As audiências públicas fazem parte do processo de licenciamento ambiental, contemplando a apresentação do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da futura Linha 22-Marrom, instrumento que avalia as questões ambientais do empreendimento e apresenta as medidas previstas para prevenção e mitigação de impactos. Essa etapa também demonstra o compromisso do Metrô com a transparência, o diálogo com a população e a construção de projetos que atendam às necessidades de mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo.

A Linha 22-Marrom já teve concluído o Anteprojeto de Engenharia, estudo que definiu as principais características do empreendimento, incluindo traçado, localização das estações, métodos construtivos, áreas operacionais, pátios, sistemas e demais soluções técnicas necessárias para viabilizar sua implantação. O anteprojeto permite avaliar a viabilidade técnica, operacional, ambiental e econômica da futura linha, fornecendo as bases para as etapas seguintes de desenvolvimento.

A próxima fase será a elaboração do Projeto Básico, considerado um dos marcos mais importantes para a implantação de uma linha metropolitana. Nessa etapa são aprofundadas e detalhadas as soluções de engenharia definidas no anteprojeto, com maior precisão sobre métodos construtivos, obras civis, sistemas operacionais, desapropriações, interferências urbanas e custos estimados, servindo de base para o futuro processo de contratação das obras.

Quando implantada, a Linha 22-Marrom terá 29 km de extensão e 19 estações com previsão de transportar cerca de 650 mil pessoas por dia. A linha vai ampliar significativamente as opções de transporte público sobre trilhos na Região Metropolitana de São Paulo, estabelecendo uma ligação estruturante entre a zona oeste da capital, o município de Osasco e a cidade de Cotia. O empreendimento contribuirá (Governo de SP)

Vendas no comércio varejista têm variação de 0,1% em agosto



Foto: Kovera - Kovera Agência Brasil

O volume de vendas no comércio varejista registrou variação de 0,1% em agosto deste ano frente a julho, na série com ajuste sazonal, após queda de 0,8% no mês anterior. Com esse resultado, a média móvel trimestral para o varejo, depois de recuar 0,1% no trimestre encerrado em julho, volta a apresentar -0,1% de variação no trimestre encerrado em agosto.

Os dados estão na Pesquisa Mensal do Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na quinta-feira (15). Página 3

O governo federal pagou, em setembro, R\$ 244,01 milhões em dívidas de estados e municípios que estavam inadimplentes. Os dados de garantias honradas e de recuperação de contragarantias estão no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em operações de crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado pelo Tesouro Nacional na quinta-feira (15).

Do total pago no mês, a maior parcela foi de dívidas do Rio Grande do Sul, que somaram R\$ 237,71 milhões; houve também R\$ 6,24 milhões

para o Rio Grande do Norte e R\$ 64,89 mil para o município de Santanópolis (BA).

No acumulado do ano, as dívidas honradas pela União somam R\$ 3,38 bilhões. Desde 2016, a União realizou pagamentos que somam R\$ 89,90 bilhões para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o governo federal realiza os pagamentos com a condição de que estados e municípios ofereçam contragarantias em valor igual ou superior. Página 3

Fim da escala 6x1 traz esperança de mais tempo para família e saúde

Página 4

Saúde aprova protocolo para tratar crianças com hemofilia A

Página 6

DÓLAR	
Comercial Compra: 5,06	Turismo Compra: 5,06
Venda: 5,06	Venda: 5,24
EURO	
Compra: 5,68	
Venda: 5,68	

Esporte

Rafael Câmara estreia na Fórmula 1 pela Haas em 2027

Por Thiago Mendonça

O Brasil voltará a ter dois representantes no grid de largada da Fórmula 1 a partir de 2027. A equipe Haas anunciou oficialmente na quinta-feira, 15, a contratação do pernambucano Rafael Câmara, de 21 anos, para a próxima temporada, em "um acordo de múltiplos anos".

Ele é o atual líder da Fórmula 2 e vem de uma sequência de títulos: Fórmula 3, em 2025, e Fórmula Regional, em 2024. Antes de brilhar na base da F-1, Câmara teve carreira de destaque no kart, onde era um dos principais adversários do italiano Andrea Kimi Antonelli.

Desde 2022, ele conta com o apoio da Ferrari, como membro do programa de jovens talentos da equipe. Essa afiliação também facilitou as conversas com a Haas, que é parceira técnica do time italiano. A chega-

da dele garante ainda o apoio, ainda a ser anunciado, de patrocinadores brasileiros à Haas.

"Estou muito empolgado em assinar com um talento incrível como o Rafael Câmara", disse Ayao Komatsu, chefe de equipe. "Não preciso dizer nada de suas conquistas nas categorias de base, onde ele tem sido impressionante, além da velocidade que demonstrou em sua temporada de estreia na F-2".

"Quando o colocamos para pilotar nosso carro no teste em Portugal, ele demonstrou que consegue se portar bem mesmo sem tempo para aprender o carro, mostrando mais do que apenas velocidade pura. O Rafa conseguiu criar um ambiente para tirar o melhor de si e as voltas que ele completou foram especiais".

Nascido em Recife, no dia 5 de maio de 2005, Rafael Câmara será o primeiro nordestino a correr de Fórmula 1. Todas as outras quatro regiões do País já



Rafael Câmara

haviām tido pelo menos um representante na categoria. "Estou muito feliz por me juntar à Haas como piloto de Fórmula 1", disse Rafael Câmara.

"É um passo importante na minha carreira e quero agradecer a Gene Haas e Ayao Komatsu pela confiança que depositaram em mim. Também sou muito grato à Ferrari pelo apoio e por tudo o que contribuíram para o meu desenvolvimento ao longo dos anos", acrescentou

o piloto brasileiro. "Agora, meu foco é me preparar da melhor maneira possível para este novo desafio. Haverá muito o que aprender e estou ansioso para trabalhar de perto com a equipe, entender o carro e continuar me desenvolvendo como piloto", concluiu. Ele será companheiro de equipe do britânico Oliver Bearman, também afiliado à Ferrari.

Ambos seguem sob contrato da equipe italiana, esperando por oportunidades futuras no time principal. Agora, Câmara ainda tem pela frente a disputa pelo título da Fórmula 2. O pernambucano é atualmente o líder do campeonato, sete pontos à frente do búlgaro Nikola Tzolov. Faltam as etapas do Catar e de Abu Dhabi, mas elas correm risco de cancelamento por conta do conflito no Oriente Médio.

Rafael Suzuki busca seguir na briga em Cascavel e confirmar bom momento na temporada



Foto: Renato Maifra

Terceiro maior pontuador da Corrida Endurance de duplas da Stock Car, na última etapa disputada em Brasília, Rafael Suzuki chega à antepenúltima rodada da temporada 2026, em Cascavel (PR), disposto a confirmar a boa fase no campeonato e a evolução significativa do trabalho desde que retornou à equipe Full Time.

"Cascavel tem sido uma pista desafiadora para mim nas últimas etapas, mas estamos em um momento muito bom e acredito que faremos melhorias no carro que vão funcionar bem", afirmou Suzuki, piloto do Chevrolet Tracker #8.

Sexto colocado na temporada, com 621 pontos, Suzuki segue de olho em melhorar na classificação, já que está a apenas 58 pontos do vice-líder, tendo pela frente 137 pontos em disputa neste fim de semana, em uma pista onde já subiu três vezes ao pódio.

"O objetivo é conquistar mais um pódio em pelo menos uma das duas corridas e alcançar entre 80 e 100 pontos no fim de semana para sair de Cascavel entre os maiores pontuadores, subir ainda mais na classificação e começar bem o último quarto do campeonato", planeja Suzuki.

Para isso, Suzuki vai para a pista nesta sexta-feira, a partir das 9h, para o shakedown e mais dois treinos livres. No sábado, o treino classificatório é às 8h e a corrida sprint, às 15h30. Já no domingo, a corrida principal é às 12h10.

Band, Band Sports, Portal Terra e os canais Stock Channel, Band e Racer no YouTube transmitem ao vivo.

Governo dobra limite de crédito exclusivo para produtoras desde 2024

A linha FEAP Mulher de financiamento para projetos rurais liderados por empreendedoras dobrou de limite por operação desde o lançamento, há cerca de três anos. Na quinta-feira (15), o Governo de São Paulo confirmou o novo teto de R\$ 50 mil para mulheres que buscam crédito facilitado para empreender no campo. O anúncio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento se dá no Dia Internacional da Mulher Rural. Até então inédito, o FEAP Mulher foi criado pela gestão Tarcísio de Freitas em 2024, com limite de até R\$ 25 mil por financiamento. Posteriormente, o teto foi elevado para R\$ 30 mil, valor que vinha sendo praticado até a medida desta quinta.

“A presença da mulher no campo aumentou e quanto mais a gente estimula isso, melhor. Com o aumento do limite de crédito, queremos que mais projetos sejam apresentados por essas mulheres, que já são parte essencial do desenvolvimento do agro de São Paulo”, afirmou o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho, ao anunciar a medida durante o II Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher Rural, promovido pela Defesa Agropecuária.

“As mulheres têm papel fundamental na produção de alimentos, na geração de renda e no



Luísa Storani, produtora de queijos em Jundiaí.

desenvolvimento das comunidades rurais. A ampliação do limite de crédito do Feap Mulher reconhece essa contribuição e fortalece o empreendedorismo e a autonomia econômica das produtoras paulistas. Neste Dia Internacional da Mulher Rural, reafirmamos o compromisso do Governo de São Paulo de ampliar as oportunidades para que mais mulheres possam investir e prosperar no campo”, afirma Adriana Liporini, secretária de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo.

A iniciativa representa auxí-

também permite reunir mais itens em um mesmo projeto, combinando infraestrutura, máquinas e até 20% do valor em custeio.

E o caso de Luísa Storani, produtora de queijos em Jundiaí. Para ela, o anúncio veio na hora certa para o planejamento da propriedade, e o destino do dinheiro já está definido. “Com esse aumento no valor do financiamento, vou conseguir financiar a automatização da ordenha e a compra do pasteurizador. Isso vai otimizar nosso tempo, aumentar a produtividade e garantir mais qualidade aos nossos produtos”, conta.

Desde 2023, mais de 40% das operações de todas as linhas do FEAP foram contratadas por mulheres. Na linha exclusiva para produtoras, o volume de crédito chega a R\$ 52 milhões na gestão, com destaque para 2026 com a liberação de R\$ 25 milhões, valor recorde para a linha.

O incentivo ganha relevância ao se alinhar às metas do Ano Internacional da Agricultura, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para 2026.

A campanha global destaca a urgência de derrubar barreiras financeiras e facilitar o acesso das mulheres ao crédito e a políticas públicas de incentivo no campo.

Como funciona
O FEAP Mulher oferece crédito rural com juros de 3% ao ano, prazo de pagamento de até 84 meses e carência de até 12 meses. O financiamento pode ser usado para compra de máquinas e equipamentos, implementação de infraestrutura — como estufas e sistemas de irrigação — e soluções de energia solar. Também é permitido destinar até 20% do valor contratado a despesas de custeio da atividade rural.

Para solicitar o financiamento, a produtora deve procurar a unidade da Diretoria de Assistência Técnica Integral (CATI) mais próxima para receber orientações sobre os critérios e a documentação necessária. A proposta passa por análise conforme as regras do programa e, após a aprovação, o recurso pode ser utilizado nos investimentos previstos no projeto. (Governo de SP)

CESAR NETO
www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereador Isac Felix (PL) já é o candidato do Costa Neto [dirigente nacional do PL] pra disputar em 15 dezembro 2026 o cargo de presidente da mesa diretora do maior parlamento municipal do Brasil

PREFEITURA (São Paulo)
Prefeito Ricardo Nunes (MDB) segue firme na campanha presidencial do Flávio Bolsonaro (PL), buscando ampliar ainda mais a votação que o filho do ex-presidente obteve na maior cidade do Brasil

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputado e eleito senador, André Prado (PL) segue firme na campanha presidencial do Flávio Bolsonaro (PL), buscando ampliar ainda mais a votação que o filho do ex-presidente obteve no maior Estado do Brasil

GOVERNO (São Paulo)
Governador reeleito, Tarcísio Freitas (Republicanos) segue firme na campanha presidencial do Flávio Bolsonaro (PL), buscando ampliar ainda mais a votação que o filho do ex-presidente obteve no maior Estado do Brasil

CONGRESSO (Brasil)
Deputado federal, eleito senador (SP), Derrite (PP) segue firme na campanha presidencial do Flávio Bolsonaro (PL), buscando ampliar ainda mais a votação que o filho do ex-presidente obteve no maior Estado do Brasil

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Ontem foi a vez do Lula (PT) dar entrevista pra tv Globo. Hoje é dia do Flávio Bolsonaro (PL), ainda na frente das pesquisas realizadas nos Estados do Sul, em SP, Minas e Rio (Sudeste), além do Centro-Oeste e parte do Norte

PARTIDOS (Brasil)
Eleições 2026: no PT, além da não reeleição do ex-presidente Rui Falcão e não eleição do Zé Dirceu, como deputados federais (SP), soma-se a não eleição ao Senado (PR) de Gleisi Hoffmann [1ª mulher a presidir o partido]

ANO 34
O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência nas Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “De todo o meu coração te busquei; não me deixes desviar dos teus mandamentos”. Salmo 119:10

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP abre consulta pública para revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos até 2046

São Paulo gera, todos os anos, cerca de 15,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, 27,6 milhões de toneladas de resíduos da construção civil e 231,3 mil toneladas de resíduos dos serviços de saúde. Para enfrentar os desafios relacionados a esse volume e aos diferentes tipos de materiais descartados, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), abriu na terça-feira (13) consulta pública para a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS).

Durante 30 dias, a população, os municípios, as empresas, as entidades e os demais interessados poderão conhecer a proposta e enviar contribuições para o documento que vai orientar as ações do Estado na gestão dos resíduos sólidos até 2046.

O PERS é o instrumento que organiza as estratégias do Estado para melhorar a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos. A nova revisão atualiza o diagnóstico da situação dos resíduos em São Paulo, identifica desafios e oportunidades e estabelece cenários para o futuro, considerando os diferentes tipos de resíduos, sua origem e periculosidade. Esse planejamento permite definir ações para reduzir impactos à saúde pública e ao meio ambiente e orientar a destinação e o manejo adequado dos materiais.



nação e o manejo adequado dos materiais.

A participação da sociedade é uma etapa importante para a construção do novo Plano. As contribuições poderão ajudar a aprimorar as metas e ações previstas, trazendo diferentes pontos de vista sobre desafios enfrentados no dia a dia, como coleta seletiva, reciclagem, destinação adequada do lixo, redução da geração de resíduos e reaproveitamento de materiais.

“Estamos atualizando o Plano Estadual de Resíduos Sólidos para preparar São Paulo para os desafios das próximas duas décadas. O Estado tem um papel importante na definição de metas e na articulação das políticas públicas, mas esse planejamento

precisa ouvir quem vive a realidade dos municípios. Por isso, a participação pública nesta revisão é tão importante: precisamos de um Plano mais conectado às necessidades de São Paulo e capaz de gerar avanços concretos na gestão dos resíduos até 2046”, comentou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Natália Resende.

38 metas até 2046

A nova versão do PERS apresenta 38 metas, distribuídas em 13 temas relacionados à gestão dos resíduos sólidos. Entre eles estão economia circular, logística reversa, educação ambiental, lixo no mar, resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva, resíduos da construção civil, resíduos dos

serviços públicos de saneamento básico, resíduos dos serviços de saúde, resíduos dos serviços de transporte, resíduos agroalimentares, resíduos industriais e resíduos de mineração.

A elaboração da proposta contou com a participação de diferentes secretarias e órgãos do Governo do Estado, além de entidades que representam setores envolvidos na gestão de resíduos. Com a abertura da consulta pública, esse processo é ampliado para toda a sociedade, que poderá apresentar sugestões antes da consolidação da versão final do Plano.

Audiências públicas

Além da consulta pública, serão realizadas duas audiências públicas, uma presencial e outra online, para ampliar o debate sobre a revisão do Plano. Os encontros serão abertos a todas as pessoas interessadas, que poderão participar como ouvintes ou fazer manifestação oral.

Quem quiser se manifestar oralmente deverá realizar inscrição prévia por meio de formulário, que será disponibilizado assim que forem divulgadas as datas das audiências. A manifestação será feita exclusivamente pelos participantes previamente inscritos, mediante convocação do moderador do encontro. (Governo de SP)

Educação de São Paulo aplica simulado inédito do Provão Paulista e Enem para 325 mil alunos da 3ª série do EM

Pela primeira vez, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) vai aplicar um simulado preparatório para o Provão Paulista Seriado e Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para os 325 mil estudantes matriculados na 3ª série do Ensino Médio. A prova será no formato impresso e realizada em dois dias, entre os dias 19 e 20 de outubro, nas mais de 3.500 escolas com alunos dessas turmas.

A intenção da pasta é que os estudantes estejam treinados para todos os elementos vivenciados nos vestibulares: não se atrasar, usar o tempo de prova estrategicamente para responder às questões, fazer a redação, preencher o cartão-resposta, ficar dentro da sala de aula no tempo mínimo necessário e até levar um lanchinho, em uma dinâmica que não atrapalhe a concentração dos estudantes.

O simulado segue o formato do exame nacional. No primeiro dia de aplicação, na segunda-feira (19), serão de 2h a 5h30 de prova, e os estudantes deverão responder a 45 questões de línguas, 45 questões de ciências humanas e fazer a redação. No segundo dia, terça-feira (20), serão de 2h a 5h de prova, com 45 questões de ciências da natureza e outras 45 de matemática.

As provas serão aplicadas durante o horário de aulas: manhã, tarde, noite ou em tempo integral. O diretor de avaliação da Secretaria da Educação, Jefferson Viana, destaca que o Provão Paulista Seriado e sua aplicação é semelhante ao Enem. “Quem se prepara para o Provão Paulista, está preparado para o Enem. No final, quando nossos alunos estão preparados e comparecem às duas provas, eles têm mais chance de ingresso no ensino superior. O Provão Paulista foi criado justamente para ampliar as chances de os nossos estudantes estarem na universidade pública, para mostrar que este também é o lugar deles”.

Vianna acrescenta que, além do simulado impresso para alunos da 3ª série, a equipe de avaliação também liberou simulados do Provão Paulista para estudantes da 2ª e 1ª séries.

Na quinta-feira (14), a Seduc-SP organizou um “aulão” preparatório para o Provão e para o Enem. O encontro foi sediado na Escola Estadual Alexandre de Gusmão, na capital, e transmitido para todo o estado.

Provão Paulista

O Provão Paulista é o “vestibular” do Governo do Estado de São Paulo que dá acesso exclusi-



vo para alunos das redes públicas à USP (Universidade de São Paulo), Unesp (Universidade Estadual Paulista), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Fatecs (Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo) e Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). Neste ano, são mais de 15,8 mil vagas em cursos superiores dessas instituições, por meio da Educação de SP desde o primeiro ano de provas, em 2023. Em quatro anos, são mais de 60 mil vagas abertas nas universidades e faculdades públicas paulistas.

Para os alunos do Ensino Médio regular, o sistema de avaliação é aplicado ao longo dos três anos do Ensino Médio, com notas acumuladas que definem a

classificação final dos estudantes da rede pública para ingresso no ensino superior.

Para a 3ª série do Ensino Médio, as provas aconteceram nos dias 4 e 5 de novembro e os 325 mil alunos matriculados na última etapa do Ensino Médio têm inscrições confirmadas, assim como a avaliação acontece em suas próprias unidades de ensino.

Já o Enem está marcado para os dias 8 e 15 de novembro. Na rede estadual de ensino, 94,2% dos estudantes confirmaram a inscrição no exame nacional. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), responsável pela prova, deve divulgar os locais de provas na última quinzena de outubro. (Governo de SP)

União quitou R\$ 244 milhões para estados e municípios em setembro

O governo federal pagou, em setembro, R\$ 244,01 milhões em dívidas de estados e municípios que estavam inadimplentes. Os dados de garantias honradas e de recuperação de contragarantias estão no Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em operações de crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado pelo Tesouro Nacional na quinta-feira (15).

Do total pago no mês, a maior parcela foi de dívidas do Rio Grande do Sul, que somaram R\$ 237,71 milhões; houve também R\$ 6,24 milhões para o Rio Grande do Norte e R\$ 64,89 mil para o município de Santópolis (BA). No acumulado do ano, as dívidas honradas pela União somam R\$ 3,38 bilhões. Desde 2016, a União realizou pagamentos que somam R\$ 89,90 bilhões para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o governo federal realiza os pagamentos com a condição de que estados e municípios ofereçam contragarantias em



valor igual ou superior.

Assim, caso estados ou municípios deixem de pagar prestações de contratos garantidos, caberá à União, além de honrar as dívidas, executar as contragarantias oferecidas para recuperar o crédito. Além do valor original devido, são cobrados do devedor juros de mora, multas e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo.

O Tesouro Nacional destaca ainda que, caso estados e municípios não paguem os compromissos ou atrasem o pagamento, fi-

cam impedidos de obter garantia da União para novos contratos de financiamento por até 12 meses.

Já os estados com Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em vigor poderão contratar novas operações de crédito com garantia da União. Entretanto, a União fica impedida de aplicar as contragarantias para aqueles que obtiveram liminares judiciais.

Recuperação

O relatório mostra que, desde 2016, a União recuperou R\$ 6,06 bilhões dos entes subnacio-

nais. Em setembro, foram recuperados R\$ 6,64 milhões.

"O principal fator que explica esse baixo volume de valores recuperados é que grande parte das garantias honradas, aproximadamente R\$ 80,09 bilhões, são de estados que participam ou participaram do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e, por essa razão, têm o benefício de suspensão temporária da execução da contragarantia", informou o Tesouro.

Além disso, há R\$ 528,05 milhões que não podem ser recuperados pela União em razão de decisões judiciais.

O relatório mostra ainda que há R\$ 1,9 bilhão utilizados pelos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco e Piauí como compensação por perdas na arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2022.

A Lei Complementar 201/2023 prevê o socorro para estados, municípios e Distrito Federal, para compensar as perdas decorrentes da redução de suas arrecadações. (Agência Brasil)

Brasileira

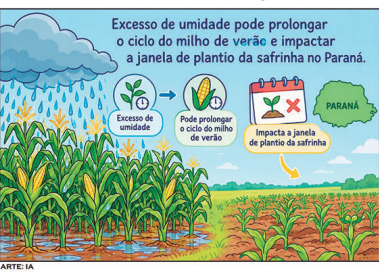
Maurício Picazo Galhardo



- Então olhei para o Brasil e vi o campo:

- Quero saber apresenta:

"... excesso de umidade pode prolongar o ciclo do milho de verão e impactar a janela de plantio da safrinha no Paraná. O plantio da primeira safra de milho 2026/27 alcançou 33,5% da área estimada até 9 de outubro, conforme levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Na semana anterior, o percentual semeado era de 30,8%. O avanço supera tanto os 31,2% registrados no mesmo período de 2025 quanto a média de 31,2% observada nas últimas cinco safras. Apesar do ritmo de semeadura superior aos referenciais históricos, a Conab alerta que, em determinadas regiões, o excesso de umidade e a baixa luminosidade podem prolongar o ciclo de desenvolvimento das plantas, com possíveis impactos sobre a janela de plantio da segunda safra de milho (safrinha), especialmente no Paraná. Além disso, a ocorrência de temporais tem provocado danos pontuais em áreas produtoras do Rio Grande do Sul. (Fonte: Notícias Agrícolas e IA).



Vendas no comércio varejista têm variação de 0,1% em agosto

O volume de vendas no comércio varejista registrou variação de 0,1% em agosto deste ano frente a julho, na série com ajuste sazonal, após queda de 0,8% no mês anterior. Com esse resultado, a média móvel trimestral para o varejo, depois de recuar 0,1% no trimestre encerrado em julho, volta a apresentar -0,1% de variação no trimestre encerrado em agosto.

Os dados estão na Pesquisa Mensal do Comércio, do Institu-

to Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na quinta-feira (15).

No ano, o varejo acumula alta de 1,7%, nos últimos 12 meses, de 1,6%.

Segundo o IBGE, no comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças; Material de construção e Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas em agosto variou -0,2% frente ao mês imediatamente anterior, após

alta de 0,5% em julho de 2026. Com isso, a média móvel trimestral para o varejo ampliado volta a recuar 0,3% no trimestre terminado em agosto, mesmo valor da variação de junho.

O volume de vendas do comércio varejista, na passagem de julho para agosto, na série com ajuste sazonal, em termos setoriais, registrou seis taxas positivas e duas negativas. No lado positivo, foram as atividades de Equipamentos e material para escritó-

rio, informática e comunicação (6,3%). Outros artigos de uso pessoal e doméstico (1,4%), Combustíveis e lubrificantes (1,1%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (0,7%), Tecidos, vestuário e calçados (0,6%) e Livros, jornais, revistas e papeleria (0,2%).

No lado negativo, figuraram Móveis e eletrodomésticos (-4,2%) e Hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,3%). (Agência Brasil)

Governo Lula precisará ajustar até R\$ 39,9 bilhões no Orçamento 2027 para acomodar medidas eleitorais

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) precisará fazer um ajuste de até R\$ 39,9 bilhões na proposta de Orçamento de 2027 para acomodar medidas anunciadas às vésperas da eleição.

O valor inclui tanto o remanejamento de até R\$ 33,5 bilhões em despesas quanto a compensação de até R\$ 6,39 bilhões para suprir receitas que o Executivo deixará de arrecadar no ano que vem.

O montante definitivo ainda está em discussão dentro do governo, e o pedido oficial de mudanças só deve ser enviado após o segundo turno das eleições, por meio de mensagem modificativa. A depender do vencedor no segundo turno, o resultado também pode influenciar o valor a ser apresentado ao Congresso.

Embora algumas das medidas tenham sido dispensadas da compensação formal exigida pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), os ajustes são necessários para evitar o descumprimento de regras fiscais, como o limite de gastos previsto no arcabouço e a meta de resultado primário (diferença entre receitas e despesas).

Do lado das despesas, a equipe econômica precisará acomodar o custo extra de R\$ 22,7 bilhões com o reajuste do Bolsa Família e o aporte inicial de R\$ 5 bilhões para a compra de dividendos de famílias por meio do Desenrola 3.0, medidas já anunciadas e em vigor por meio de decreto e MP (medida provisória), respectivamente.

No campo das promessas, Lula ainda acenou com a ampliação do programa Pê-de-Meia para o público universitário, com custo estimado em R\$ 4,6 bilhões ao ano. Ainda não se sabe, porém, se o governo vai pedir a inclusão de todo esse valor no Orçamento de 2027, uma vez que a expansão do programa pode se dar de forma gradual, ao longo do ano.

Outra promessa de Lula é o Pix MEL, um repasse de até R\$ 5.000 para que microempreendedores individuais invistam em seu negócio. O dinheiro seria

concedido a fundo perdido, ou seja, sem necessidade de devolução.

O governo estimou um custo de R\$ 5 bilhões em quatro anos com essa política, mas ainda não detalhou como esse dinheiro será distribuído ao longo do tempo. O ministro Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento) disse ao jornal O Globo que "vai incorporar R\$ 1,25 bilhão mais ou menos a cada ano".

Segundo um técnico do governo, o valor definitivo do ajuste ainda é incerto porque é possível haver espaço para acomodar parte da correção do Bolsa Família dentro do valor já previsto para o programa em 2027. A dotação orçamentária proposta pelo governo foi de R\$ 155,8 bilhões, cifra idêntica ao montante previsto atualmente para 2026.

Do lado das receitas, o governo prevê uma perda de R\$ 5,27 bilhões com o fim das bets no país. Esse era o valor que o governo esperava arrecadar com a tributação dos ganhos das casas de apostas e com a taxa de fiscalização cobrada delas.

O Executivo ainda projetou uma redução de R\$ 1,12 bilhão em suas receitas com o programa que perdoa dívidas de MEIs. A medida foi encaminhada ao Congresso por meio de projeto de lei complementar.

No texto, o governo ainda propõe afastar as exigências de compensação previstas na LRF, embora ainda precise assegurar o cumprimento da meta fiscal.

A proposta enviada pela equipe econômica, porém, prevê um superávit de R\$ 18,6 bilhões, valor que excede em R\$ 10,1 bilhões o montante necessário para cumprir a regra. Em outras palavras, o governo poderia usar essa folga para acomodar a perda de arrecadação.

O governo ainda propôs a ampliação do teto de faturamento para alguém se enquadrar como MEI, de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil ao ano. Nesse caso, porém, o impacto de R\$ 1,57 bilhão na arrecadação já está previsto no Orçamento de 2027. (Folhapress)

IBGE estima safra de grãos recorde em 2026: 354,5 milhões de toneladas

A estimativa de setembro para a produção de grãos em 2026 aumentou 2,4%, para 354,5 milhões de toneladas, na comparação com 2025 (346,1 milhões de toneladas).

Em relação a agosto de 2026, a previsão ficou praticamente estável, com variação de 0,4% - aumento de 1.566.233 de toneladas.

As informações constam do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado na quinta-feira (15).

A estimativa da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em setembro de 2026 é recorde

de para a série histórica do IBGE.

A área a ser colhida está estimada em 83,2 milhões de hectares, aumento de 1,6 milhão de hectares (2%) na comparação com a área colhida em 2025 (81,6 milhões de hectares). Em relação ao mês de agosto de 2026, a área a ser colhida cresceu 143.672 hectares (variação de 0,2%).

Arroz, soja e milho

O arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo que, somados, representaram 93% da estimativa da produção e respondem por 87,3% da área a ser colhida.

Para a soja, a estimativa de produção foi de 175 milhões de toneladas, acréscimo de 5,4% em relação ao ano anterior. A área a ser colhida cresceu 1,3%.

A produção do arroz (em casca) foi estimada em 11,2 milhões de toneladas, queda de 11,4%. A área a ser colhida também diminuiu 1,2%.

Quanto ao milho, a estimativa foi de 143,3 milhões de toneladas (1,6 milhão de toneladas acima de 2025, avanço de 1,1%). A estimativa é de 29,7 milhões de toneladas de milho na primeira safra (alta de 15,5%) e 113,6 milhões de toneladas de milho na

segunda safra (queda de 2,0%). A área a ser colhida do milho cresceu 2,5%, sendo 8% no milho primeira safra e 1,1% no milho segunda safra.

Demais grãos

A estimativa de setembro para a produção do trigo em 2026 ficou em 5,9 milhões de toneladas (24% a menos do que em 2025).

A estimativa do algodão herbáceo (em caroço) ficou em 9,5 milhões de toneladas (queda de 3,9%) e a do sorgo em 6 milhões de toneladas (alta de 11%). A estimativa para o feijão é de queda de 6,6% na produção. (Agência Brasil)

Empresas podem renegociar dívidas do FGTS com descontos de até 65%

Empresas e outros empregadores poderão renegociar dívidas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) inscritas em dívida ativa com descontos de até 65% do valor total do débito.

O prazo para aderir à negociação começou às 8h da quinta-feira (15) e termina às 19h de 29 de janeiro de 2027. As condições foram estabelecidas em edital da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

A negociação vale para dívidas de FGTS de até R\$ 45 milhões por empresa, desde que estejam inscritas na dívida ativa da União. Para a maioria das modalidades, a inscrição precisa ter ocorrido até 17 de julho de 2026. Na modalidade voltada a dívidas de pequeno valor, o prazo é anterior: 15 de outubro de 2025.

Os descontos podem chegar a 100% dos juros que não sejam destinados aos trabalhadores, das multas e dos encargos legais, respeitado o limite de 65% do valor total de cada inscrição em dívida ativa. O percentual concedido depende da capacidade de pagamento do devedor e das condições previstas para cada modalidade.

Os valores do FGTS que per-

tencem diretamente aos trabalhadores não podem ser reduzidos. O edital também prevê que os valores devidos em razão da rescisão do contrato de trabalho sejam pagos nas primeiras 12 parcelas da negociação.

A adesão deve ser feita pelo portal Regularize, da PGFN.

COMO FUNCIONA O PARCELAMENTO?

Na modalidade geral, o empregador pode quitar a dívida à vista, com o desconto aplicável, ou parcelar o pagamento. Nesse segundo caso, os valores do FGTS devidos aos trabalhadores em razão da rescisão contratual devem ser pagos em até 12 prestações mensais. O saldo restante pode ser dividido em até 108 parcelas.

Para pessoas naturais, microempreendedores individuais (MEIs), microempresas, empresas de pequeno porte e algumas entidades, como cooperativas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino, o prazo para pagar o saldo restante pode chegar a 133 parcelas mensais.

O edital também prevê condi-

ções específicas para débitos considerados irrecuperáveis. Nesses casos, o limite de descon-

to sobre o valor total de cada inscrição é de até 65% na modalidade geral e de até 70% para pessoas naturais, MEIs, microempresas, empresas de pequeno porte e as demais entidades contempladas pela regra específica.

Os prazos e descontos efetivamente disponíveis dependem do enquadramento da dívida e da capacidade de pagamento do empregador.

QUEM PODE ADERIR?

Podem participar da negociação empresas e outros responsáveis por dívidas do FGTS e de contribuições sociais previstas na Lei Complementar nº 110/2001, desde que os débitos estejam inscritos em dívida ativa e atendam às regras do edital.

Não podem aderir os empregadores incluídos no cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego por submeter trabalhadores a condições análogas às de escravidão. Também há impedimento para quem teve uma transação rescindida nos dois anos anteriores.

A adesão deve abranger todas as inscrições elegíveis do devedor, embora seja possível combinar modalidades diferentes de negociação. O edital também

estabelece condições para quem já possui acordo ativo com a Caixa Econômica Federal: é possível solicitar a migração para as novas modalidades pelo portal Regularize, desde que os débitos atendam aos critérios previstos.

QUEM DEVE PARAR A OBRIGATORIEDADE?

A renegociação é voltada aos empregadores e não tira o direito dos trabalhadores aos valores de FGTS devidos. O edital proíbe descontos sobre os valores destinados a eles e exige que os recursos recolhidos sejam individualizados nas contas vinculadas em até 30 dias contados do primeiro pagamento, sob pena de rescisão do acordo.

O empregador também precisa regularizar, em até 90 dias, os débitos que se tornarem exigíveis depois da formalização da transação.

O trabalhador que quiser conferir os depósitos pode consultar o extrato da conta vinculada pelo aplicativo FGTS, da Caixa. A renegociação da dívida da empresa não substitui a verificação dos depósitos nem impede a busca dos meios administrativos ou judiciais cabíveis caso haja valores em falta. (Folhapress)

Fim da escala 6x1 traz esperança de mais tempo para família e saúde

Adrielle Barbosa de Aquino tem 27 anos e é mãe de duas crianças. Atualmente, ela trabalha como garçonete de segunda a sábado, em um restaurante no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Desde que saiu da adolescência e começou em seu primeiro emprego, há quase dez anos, Adrielle não sabe o que é ter dois dias de folga em uma semana.

"Nessa escala 6x1, eu só tenho o domingo de folga, né? É o dia que eu tenho para resolver minhas coisas. Um dia para resolver mil coisas e a gente fica perdida. Ainda mais quando a gente é mãe. É pesado!"

Ela acrescenta que, quando precisa resolver outras coisas que não são possíveis em um domingo, como uma simples consulta médica dos filhos, acaba tendo de faltar ao trabalho: "a gente acaba perdendo um dia de trabalho e tem o salário descontado".

Jornada exaustiva

Adrielle é um dos milhões de brasileiros com a exaustiva jornada de seis dias de trabalho por semana.

Ela, como muitos, vê na apro-

vação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, nesta quarta-feira (14) pelo Senado Federal, uma possibilidade de ganhar mais tempo livre: seja para descansar, curtir a família, se divertir, estudar, resolver problemas, ter um acompanhamento melhor de sua saúde ou mesmo para ganhar um dinheiro extra.

Uma pesquisa realizada em fevereiro deste ano pela Nexus mostrou que 73% dos brasileiros apoiam o fim da escala 6x1.

Yasmin Nascimento trabalha como auxiliar administrativo em uma clínica, também na escala 6x1. Na correria de uma manhã de quinta-feira, ela conversou com a Agência Brasil, enquanto um mototaxi já aguardava para levá-la a mais um dia de trabalho.

Enquanto se preparava para subir na garupa da motocicleta, Yasmin disse esperar que as pessoas possam aproveitar melhor o tempo livre com outras atividades.

"É mais um dia de folga com a sua família, mais um dia que a gente pode usar para trabalhar, estudar. Enfim, a folga é da pessoa, ela sabe o que ela vai fazer na folga dela, mas fiquei muito feliz porque essa PEC

foi aprovada."

Cristiane Wandermuren, de 56 anos, também trabalha desde a adolescência com apenas uma folga por semana. Antes como auxiliar de serviços gerais e atualmente como ajudante de cozinha.

"Se eu tivesse mais um dia, eu iria cuidar da minha saúde, curtir mais os meus netos. Hoje tenho pouco tempo para minha família", lamenta.

"Só temos o domingo. Como eu vou no domingo ao médico? Médico a gente normalmente vai no meio da semana... Ai o patrão já fica de cara feia se você chega mais tarde."

6x1 no passado

Simone Cunha de Oliveira passou 15 anos trabalhando na escala 6x1. Há algum tempo, no entanto, começou a trabalhar em uma escola, onde consegue ter duas folgas na semana.

"A qualidade de vida é bem melhor, você tem dias de descanso, você pode resolver seus problemas. Só um dia para fazer tudo o que você quer ou precisa, não tem condições", relata.

Ela não vê a hora de sua irmã, que trabalha como vendedora de

automóveis e ainda não conseguiu se livrar da escala 6x1, também poder folgar duas vezes por semana.

"Eu só posso vê-la no domingo. Espero que a mudança na lei melhore principalmente a saúde das pessoas. As pessoas estão ficando doentes de tanto trabalhar. Que elas tenham o descanso que merecem."

Maria Antônia de Carvalho, de 63 anos, precisou se aposentar para conseguir ter mais do que um dia de descanso semanal.

"Eu trabalhei na 6x1 minha vida inteira. Era horrível não ter tempo para nada. Eu não tinha tempo para nada. Não dava mesmo. Quando você pensava que ia descansar, no outro dia você já estava trabalhando de novo. Agora ficou maravilhoso, porque eu tenho mais tempo para mim, para minha família."

Com 65 anos, Luciana Machado também trabalhou seis dias por semana durante quase toda a vida. Apenas recentemente, já aposentada, ela passou a trabalhar na escala 5x2, mas, segundo ela, precisava trabalhar a mais todos os dias, para compensar a folga no sábado.

"Com essa nova escala, te-

nho receio de que a pessoa tenha que aumentar o horário de trabalho durante a semana, como aconteceu comigo. Também pode ser que o funcionário perca dinheiro trabalhando um dia a menos", afirma.

Quando passa a valer?

De acordo com o texto aprovado ontem pelos senadores, Luciana não precisa se preocupar com aumento da carga horária de trabalho, já que as empresas terão que garantir a escala 5x2, assim como a redução da jornada de 44 para 42 horas semanais, 60 dias após a promulgação da emenda constitucional.

Dessa forma, caso a PEC seja promulgada ainda em outubro, as regras entrariam em vigor em dezembro de 2026.

Após essa primeira redução, a jornada terá de cair para 40 horas, 12 meses depois. Assim, a transição completa levará 14 meses.

A exceção são os trabalhadores terceirizados da administração pública, que terão uma regra de transição diferenciada.

Veja as regras de transição da PEC que acaba com a escala 6x1: escala de 5 dias de trabalho

com 2 dias de descanso (após 60 dias);

redução da jornada de 44 horas para 42 horas semanais (após 60 dias)

jornada de 42 horas para 40 horas semanais, mantida a escala 5x2 (em 14 meses).

Como será feito o cálculo das horas de trabalho?

No intervalo entre o segundo e o 14º mês após a promulgação, o empregador deverá distribuir, ao longo da semana, as duas horas acima das oito normais de serviço. Se repartidas igualmente, o empregado terá que trabalhar 8 horas e 24 minutos nos cinco dias na semana.

Finalizada a fase de transição, todos os empregados devem trabalhar, no máximo, oito horas diárias e 40 horas semanais em 5 dias na semana. Para trabalhar mais horas, apenas mediante pagamento de hora-extra.

A proposta prevê que lei complementar posterior poderá estabelecer medidas transitórias de mitigação dos impactos da redução da jornada para os microempresários individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. (Agência Brasil)

Prefeituras deverão contratar ao menos 7.100 pessoas com fim da 6x1

O fim da escala 6x1 deve obrigar as prefeituras a contratar cerca de 7.100 trabalhadores para manter o mesmo volume de atendimento à população. O impacto financeiro disso deverá ser de R\$ 442 milhões por ano, segundo estudo da CNM (Confederação Nacional de Municípios).

O cálculo foi feito levando em conta os vínculos de trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A PEC (proposta de emenda à Constituição) que reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais em dois dias de folga foi aprovada no Senado nesta quarta-feira (14).

A máquina municipal tem 60% dos servidores públicos do país. A conta da CNM, no entanto, deixa de fora um dos itens que mais preocupa os prefeitos: os contratos com empresas terceirizadas.

A maior parte do funcionalismo municipal já trabalha 40 horas. Segundo a CNM, 82% dos vínculos (6,4 milhões) têm essa carga horária, e 3% (267,9 mil) cumprem entre 41 e 44 horas semanais.

Além disso, 63% dos servidores municipais são estatutários, regidos por regime jurídico próprio.

O presidente da CNM, Paulo Roberto Ziulkoski, afirmou que o impacto está subestimado. Segundo ele, ficaram de fora os serviços terceirizados. Não há uma regra para quais serviços são prestados por terceirizados, mas ele afirma que é muito comum, por exemplo, em transporte escolar. Ziulkoski disse que o custo deve ser mais do que o dobro do que consta no estudo.

Ele afirmou que a mudança é eleitoreira e a incluiu numa série de medidas que criam despesas para os municípios, como o novo piso do magistério. Ele disse que concorda com a ideia de dar mais tempo livre ao trabalhador, mas também afirmou que é preciso se adaptar à realidade do país.

A CNM deve contestar a medida na Justiça com base na emenda constitucional que proíbe a União de criar despesas para os municípios sem indicar a fonte de recursos, mas disse também que o processo pode levar anos, porque os municípios não podem acionar diretamente o STF.

CÁLCULO DE HORAS

A metodologia parte da ideia de reposição: as horas que deixam de ser trabalhadas precisam ser cobertas por novos contratados.

Com a redução, as prefeituras perdem 285,9 mil horas semanais, o equivalente a 40 horas de 7.147 trabalhadores. Quatro áreas respondem por 92% do custo: serviços gerais, saúde, educação e área técnico-administrativa.

Na lista por ocupação, o primeiro lugar é do trabalhador de limpeza e conservação de áreas públicas. Em seguida aparecem agente comunitário de saúde, auxiliar de desenvolvimento infantil e agente de saúde pública.

Em maio, a FNP (Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitos) divulgou um estudo encomendado à consultoria Finance que afirma que o impacto pode chegar a R\$ 34,5 bilhões por ano, impulsionado principalmente pelo pagamento aos terceirizados.

Em entrevista à Folha de S. Paulo na ocasião, Sebastião Melo (MDB), prefeito de Porto Alegre e presidente da FNP, afirmou que as entidades de empresas prestadoras de serviço já estavam sinalizando que iriam rescindir contratos.

Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), afirma que a mudança terá impacto sobre os serviços municipais, mas menor do que o projetado pelas entidades de prefeitos.

"Muitos serviços urbanos já têm jornadas específicas, inclusive regidos por leis próprias, porque são ininterruptos", diz.

Para Marcolino, o período de transição dá ao poder público mais tempo para repactuar contratos e negociar escalas.

Ela afirma que, nos exercícios feitos pelo Dieese, são pequenas empresas que vão precisar fazer novas contratações. Nas maiores, segundo ela, é possível reorganizar horários entre trabalhadores que executam tarefas semelhantes.

Marcolino também diz que a redução da jornada pode estimular inovações de processo e tecnológicas e trazer ganhos de produtividade com trabalhadores mais descansados. (Folhapress)

Presidente aborta ideia de líder do PT sobre redução de maioria penal e orienta acelerar PEC da Segurança

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) orientou seus aliados a votarem a PEC (proposta da emenda à Constituição) da segurança pública sem emendas para acelerar a tramitação.

A determinação de Lula interrompe o movimento do líder do PT no Senado, Camilo Santana (CE). O senador cearense articulava uma emenda à proposta que reduziria a maioria penal em caso de crimes mais graves.

A proposta havia sido gestada no núcleo da campanha de reeleição de Lula e, em um primeiro momento, teve aval do presidente da República. O grupo queria neutralizar a articulação da oposição, que apresentou uma emenda mais dura sobre o mesmo tema com objetivo de encerrar governistas.

Se levada a voto, a proposta da oposição forçaria os aliados do presidente a votar contra e daria ao bolsonarismo o discurso de que o atual governo protegeria bandidos.

Para impedir esse discurso, Camilo protocolou essa proposta de redução de pena para crimes hediondos, enquanto governistas negociavam com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a votação apenas do texto sem alterações. Lula comunicou sua decisão, por votação sem emendas, ao relator da PEC, o senador Rogério Carvalho (PT-SE). A ideia havia rachado a bancada do PT no Senado e alvorçado a base social do partido, historicamente contrária a mudanças na maioria penal.

Lula quer que a proposta seja

aprovada e entre logo em vigor para poder sinalizar a criação do Ministério da Segurança Pública ainda antes do segundo turno, possivelmente por meio de envio de um projeto de lei. Se houver uma alteração na PEC, ela precisará de nova deliberação da Câmara, o que atrasaria o processo.

A discussão sobre maioria penal, porém, não deve ser encerrada. Fontes do partido e do governo admitem a possibilidade de o tema ser retomado em uma nova PEC em um futuro próximo, ainda que não apoiem a proposta. Não deverá haver digitais do partido no projeto.

Camilo articulou uma emenda que baixaria a maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. Seria uma forma de driblar a tentativa bol-

sonarista de emplacar, dentro da PEC, a redução total da maioria penal, com agravante que poderia diminuir a idade para 14 anos.

Petistas afirmam que a manobra também tinha participação do presidente do partido, Edinho Silva, e do ministro Sidônio Palmeira (Secom). A lógica é que o movimento impediria que a oposição monopolizasse o discurso do endurecimento da segurança pública.

Pegou especialmente mal na bancada petista o fato de Camilo Santana ser líder do partido, e não do governo. Isso caracterizaria a proposta como uma iniciativa do partido, não do governo. Ao mesmo tempo, a líder do governo, Teresa Leitão (PT-PE), era uma das principais vozes contrárias à ideia nas discussões internas. (Folhapress)

Centrão tenta emplacar socorro a bancos em crise, mas Câmara rejeita proposta

A Câmara dos Deputados rejeitou na quarta-feira (14) parecer ao projeto de lei que aperfeiçoa os mecanismos de intervenção do Banco Central para lidar com instituições financeiras em dificuldade, em meio à crise do Banco Master, de Daniel Vercara. A proposta foi acelerada, de acordo com parlamentares, para beneficiar o Digmais e o BRB, mas acabou derrubada por cinco votos.

Foram 252 votos a favor, cinco a menos dos que os 257 necessários para aprovar o texto. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), encerrou a sessão logo em seguida e convocou outra para esta quinta-feira (15), quando pode tentar novamente votar o projeto, com alguma alteração.

O texto entrou em votação a contragosto do governo Lula (PT), que se posicionou contra mudanças, como a possibilidade de uso de recursos públicos para socorrer os bancos. Integrantes do Palácio do Planalto também veem como negativo o impacto eleitoral dessa proposta. O Banco Central é a favor.

O relator Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) apresentou um novo relatório à tarde, horas antes de o texto ir ao plenário. O documento traz uma nova previsão de que o Banco Central pode determinar que o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) empare recursos para bancos, o que é visto com sensibilidade pelo setor financeiro. Além disso, diminui a responsabilidade dos sócios e dirigentes sobre problemas financeiros.

Segundo apurou a Folha de S. Paulo, o relator entende que, como o texto foi derrotado, uma

nova articulação pela proposta deve ficar para o ano que vem. Ele considera que o debate foi contaminado pela disputa política.

A proposta prevê uma série de medidas para priorizar o uso de capital privado no socorro a bancos e estabelece que o CMN (Conselho Monetário Nacional) pode autorizar empréstimo ou capitalização pela União a bancos, instituições de pagamento, cooperativas de crédito, seguradoras e entidades como a B3.

Também autoriza o uso de recursos públicos para socorrer instituições financeiras, quando houver risco sistêmico com a sua quebra. Essa proposta foi o principal motivo para críticas dos partidos de esquerda e do governo Lula, que votaram contra o projeto.

Segundo apurou a reportagem, o texto foi pautado a pedido do presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), por causa do Digmais. Aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), Pereira é presidente do Republicanos, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus.

O banco do pastor Edir Macedo foi alvo de operação da Polícia Federal por supostamente esconder a situação financeira da instituição e aparentar solidez diante dos órgãos de controle.

A Folha procurou Pereira por celular nesta quarta, mas ele não tinha se manifestado até a publicação desta reportagem. Procurada por email na noite da quarta-feira (14), a assessoria do Digmais não respondeu. O BRB informou que não iria se manifestar.

Em operações semelhantes às do Banco Master, o Digmais comprou R\$ 271,4 milhões em papéis do Banco do Estado de Santa Catarina) por meio de um fundo de investimentos.

O texto também poderia auxiliar o BRB, que passa por dificuldades financeiras devido às operações fraudulentas com o Master, está sob o escrutínio do Banco Central e negocia um empréstimo de R\$ 6 bilhões com um consórcio de bancos privados e públicos.

Outra polêmica no projeto é se a punição e o bloqueio de bens dos controladores das instituições financeiras ocorre automaticamente, pela responsabilidade como acionista de uma empresa do tipo, ou se exige dolo (intenção de cometer uma irregularidade). Hoje, a responsabilização é objetiva.

Segundo Queiroz, as decisões judiciais são divergentes sobre qual a responsabilidade dos controladores, e o texto procurou estabelecer uma regra. Os controladores só serão punidos se houver culpa ou dolo nos prejuízos causados aos credores, mas poderão comprovar que não tiveram participação - e que a punição cabe apenas aos administradores e gestores.

O deputado Kim Kataguiri (Missão-SP) criticou a mudança. "Hoje não é preciso comprovar que o Edir Macedo teve dolo, o risco do negócio envolve você assumir essa responsabilidade. Se isso aqui for aprovado, vai precisar comprovar que ele teve dolo para ele assumir a responsabilidade sobre o prejuízo", disse.

Relator do projeto, Queiroz afirmou que a proposta atualiza regras para socorro aos bancos e que não visa uma instituição específica. "Este ano 17 bancos foram liquidados", disse. "O que estamos querendo é justamente tirar a influência política dessas decisões, estabelecer regras claras."

Apresentado em 2019, na gestão de Roberto Campos Neto, o projeto ganhou fôlego neste ano após o escândalo Master, mas estava parado desde março e a pressa para votá-lo nesta quarta-feira relação com o Digmais.

A proposta chegou a causar um racha dentro do governo. O então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendia a aprovação da medida, enquanto a bancada do PT se opôs.

A intenção do governo era fazer um texto restritivo, que permitisse a utilização de recursos do Tesouro somente em casos extremos, quando a quebra de um banco pudesse ocasionar risco sistêmico ao sistema financeiro.

"O objetivo desses novos padrões é evitar que governos sejam novamente deixados com uma escolha trágica em mãos, entre aceitar os efeitos econômicos dramáticos da quebra de instituições sistemicamente importantes ou socorrer instituições financeiras com recursos públicos, um caso de socialização de perdas e privatização de benefícios", diz o parecer do deputado Marcelo Queiroz.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, Hugo Motta afirmou que a análise do projeto pela Câmara era uma resposta do Legislativo ao caso do Master. (Folhapress)

ONU: inovação para enfrentar crise alimentar é tema de ação no Brasil

Saúde

Saúde aprova protocolo para tratar crianças com hemofilia A



O Ministério da Saúde aprovou protocolo para uso do medicamento emicizumabe no tratamento de crianças até 6 anos com hemofilia A que não apresentem inibidores do fator VIII da coagulação sanguínea.

A medida consta de portaria publicada na edição da quinta-feira (15) do Diário Oficial da União.

O documento estabelece critérios de diagnóstico, inclusão e exclusão de pacientes, além das condições de tratamento e dos mecanismos de regulação, controle e avaliação.

O protocolo tem abrangência nacional e deverá ser usado pelas secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para regular o acesso ao tratamento.

Benefícios

O tratamento é considerado menos invasivo. Ao contrário da terapia tradicional com fator VIII, que exige infusões nas veias, o emicizumabe é aplicado por via subcutânea, de forma

menos invasiva. O tratamento, de acordo com o ministério, diminuirá também a frequência dos sangramentos.

Informação

De acordo com a portaria, o paciente ou o responsável legal deverá ser informado sobre os potenciais riscos, efeitos colaterais e eventos adversos relacionados ao uso do emicizumabe.

O protocolo completo ficará disponível no site do Ministério da Saúde, na área destinada aos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

Atendimento

Os gestores estaduais, distrital e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão organizar a rede assistencial, definir os serviços de referência e estabelecer os fluxos necessários para o atendimento dos pacientes em todas as etapas previstas pelo protocolo. (Agência Brasil)

Anvisa aprova novo medicamento para tratar lúpus

O medicamento Gazyva (obinutuzumabe), indicado para alguns casos de câncer, pode ser usado a partir de agora no tratamento do lúpus. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) passou a recomendar a substância para pacientes adultos com lúpus ativo moderado a grave, positivos para autoanticorpos, em uso de tratamento padrão.

Em nota, a Anvisa informou que o obinutuzumabe é um anticorpo monoclonal humanizado que promove eliminação massiva e prolongada dos linfócitos B, células que desempenham papel central nos processos fisiológicos anormais que levam ao desenvolvimento do lúpus.

A doença, segundo a agência, figura como uma condição autoimune, crônica e potencialmente grave, caracterizada pela produção desregulada de autoanticorpos que provocam inflamações em múltiplos órgãos e sistemas. Entre as áreas mais afetadas estão pele, articulações, rins, sistema sanguíneo e sistema nervoso central.

“Os benefícios demonstrados da nova indicação incluem redução da atividade da doença, menor ocorrência de exacerbações e redução sustentada da exposição a corticosteroides.”

A agência ressaltou ainda que, apesar da disponibilidade de terapias convencionais e biológicas para o tratamento da doença, existe uma parcela significativa de pacientes que permanece em estágio ativo constante.

“Essas pessoas sofrem com surtos recorrentes ou se tornam dependentes do uso

contínuo de corticosteroides — medicamentos que carregam efeitos colaterais importantes a longo prazo.”

Riscos

O Ministério da Saúde alerta que, se não tratado corretamente, o lúpus pode levar a complicações graves em diversos órgãos e tecidos do corpo humano, podendo provocar a morte do paciente. As principais complicações costumam ocorrer nos seguintes órgãos: rins: a falência dos rins está entre as principais causas de morte por complicações do lúpus nos primeiros cinco anos após o diagnóstico. Alguns sintomas são comuns nessa fase são irritação, coceira generalizada, dores no peito, falta de ar, náuseas, vômito e edemas.

cérebro: se a doença tiver chegado ao cérebro, o paciente pode apresentar sintomas específicos como dor de cabeça, confusão, tontura, mudanças de comportamento, alucinações, acidentes vasculares cerebrais (AVC) e convulsões.

vasos sanguíneos: anemia, aumento do risco de sangramentos e inflamação dos vasos (vasculite) estão entre as principais complicações possíveis decorrentes do lúpus.

pulmões: o lúpus também pode levar à pleurisia, uma inflamação dos tecidos que revestem os pulmões e a caixa torácica. O quadro pode provocar muita dor durante a respiração.

coração: em alguns casos, pode ocorrer também a inflamação dos músculos do coração e das artérias, aumentando significativamente as chances de infarto. (Agência Brasil)

Nesta sexta-feira (16), no Dia Mundial da Alimentação, uma ação promovida por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) vai ocupar a capital do país, com a exibição de vídeos no centro de Brasília e em plataformas digitais.

Com o tema Inovar Hoje para Nutrir o Amanhã, a campanha vai transformar o Conic, mais antigo centro comercial e cultural de Brasília, em um grande painel para a exibição de um vídeo institucional que mostra como a inovação pode tornar os sistemas agroalimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes.

Com o representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Jorge Meza, o tema inovação deve ser compreendido de forma mais ampla.

“Inovar não é só investir em tecnologia de ponta. Significa também encontrar novas formas de aplicar conhecimentos tradicionais, compartilhar experiências, conectar saberes e construir soluções adaptadas às realidades locais”.

O vídeo será exibido às 18 horas e poderá ser assistido de vários pontos da capital federal, como a Esplanada dos Ministérios e a Rodoviária do Plano Piloto, de onde é possível ver o prédio comercial.

Desenho animado

Nas plataformas digitais, a exibição de um desenho animado com o personagem José Totóy, o Comilão e uma campanha



com recados do personagem estampados em prédios e placas urbanas são ações voltadas para o público infantil.

Por meio de uma mensagem lúdica e acessível, José Totóy fala sobre os desafios da fome e da má alimentação em uma história divertida e cativante.

O personagem brasileiro de sorriso colorido e que cultiva aquilo que come foi escolhido como Herói da Alimentação e Campeão da FAO. A campanha é fruto de uma parceria com a Totóy Corp, criadora do personagem.

Meza explica que a campanha busca aproximar crianças e famílias dos temas relacionados à alimentação, à nutrição e ao desenvolvimento sustentável.

“As crianças são especialmente receptivas ao aprendizado e à construção de valores e serão os futuros tomadores das decisões que moldarão nossos sistemas agroalimenta-

res e o planeta”, reforça.

Alcance

Com conteúdos disponíveis em mais de 30 idiomas em plataformas de streaming e no YouTube, José Totóy conquistou mais de 50 milhões de seguidores em sua rede global de canais em vídeos que vão até 26 bilhões de visualizações.

O criador do personagem e do desenho brasileiro, André Vaz, cofundador da Totóy Corp, destacou a satisfação de fazer parte desse projeto de importância global com o José Totóy.

“Essa parceria reconhece o cuidado que dedicamos às histórias e nos permite contribuir para que a alimentação seja um assunto presente na vida das crianças desde cedo”, diz.

O desenho ficará disponível tanto no YouTube da Totóy, quanto em todas as plataformas digitais dos parceiros da campanha FAO, Programa Mundial de Ali-

mentos (WFP), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Serão disponibilizadas versões em português, espanhol e inglês com alcance em cerca de 190 países pelo Youtube.

Outras iniciativas

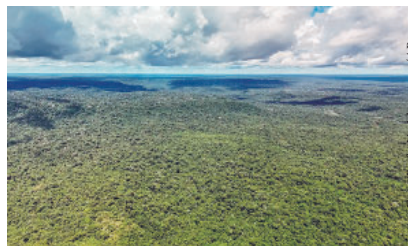
Para mobilizar mais ainda o público infantil-juvenil, uma animação da FAO também foi disponibilizada no YouTube assim como a versão digital do livro de atividades Os Heróis da Alimentação, que serve como suporte educativo para pais e professores conduzirem crianças nas descobertas sobre inovações nos sistemas agroalimentares e os desafios globais.

Além disso, ficam abertas até o dia 6 de novembro as inscrições do concurso internacional de cartazes do Dia Mundial da Alimentação 2026, para crianças e jovens de 5 a 19 anos de todo o mundo.

Para participar é preciso preencher o formulário de inscrições online e cadastrar o cartaz criado de forma original, sem o uso de Inteligência Artificial, no formato JPEG.

Menores de idade precisam da autorização dos pais ou responsáveis legais para participar. A premiação será oferecida a quatro grupos etários e os vencedores receberão certificado de reconhecimento e uma sacola-surpresa com brindes. (Agência Brasil)

Amazônia registra menor nível de desmatamento em 41 anos



A Amazônia registrou o menor nível de desmatamento em 2025, quando a área devastada somou 693 mil hectares — número mais baixo nos últimos em 41 anos. O dado faz parte da Coleção 11 do MapBiom, que reúne informações sobre cobertura e uso da terra do Brasil entre 1985 e 2025.

A maior parte do desmatamento, 639 mil hectares, ocorreu em vegetação primária, ou seja,

teriormente levou a 74,6 milhões de hectares antropizados na Amazônia.

No período analisado, o tipo de vegetação mais afetado pelo desmatamento foi a formação florestal, que perdeu 49,7 milhões de hectares (menos 14,8%).

Agropecuária

De acordo com o levantamento, o avanço da agropecuária sobre o bioma Amazônia foi intenso nos territórios próximos às áreas protegidas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombolas. Em 2025, a atividade já ocupava 30,5% do total dessas áreas.

A proximidade das estradas às áreas protegidas também representa uma pressão aos locais onde a vegetação nativa responde por 98%. O estudo mostrou que as áreas mais próximas às vias também são as mais ocupadas pela agropecuária.

De forma geral, a agropecuária fechou 2025 ocupando 15,5%

do território da Amazônia, em uma área de 65,3 milhões de hectares. Desse total, 50,8 milhões de hectares, 12% do bioma, são de pastagem da pecuária. Outros 8,6 milhões de hectares são de agricultura, que corresponde a 2% do território da Amazônia.

A mineração ocupa, em 2025, 440 mil hectares no bioma. No início da série histórica eram 32 mil hectares, resultando na ocupação de uma área 14 vezes maior em 41 anos.

Metodologia

O estudo cruzou os dados da coleção 11 do MapBiom com as vias mapeadas a partir das bases de estradas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e as informações adquiridas pelo OpenStreetMap.

O total de 618 mil km de vias considera também as que não fazem parte da malha rodoviária oficial. (Agência Brasil)

Correios disponibilizam coleta para descarte de eletroeletrônicos

Todas as 6.868 agências dos Correios no Brasil que têm o serviço Balcão Cidadão disponibilizarão, a partir da quarta-feira (14), Dia Internacional do Lixo Eletrônico, o serviço de coleta de eletroeletrônicos pós-consumo. O serviço é gratuito e recebe equipamentos de até 30 quilos.

Os pontos de coleta dos Correios agora integram o Sistema de Logística Reversa Circular, por meio de parceria com a empresa Circular Brain, que já realizava a coleta gratuita de grandes eletrodomésticos e eletroeletrônicos em todo o país.

“Milhões de brasileiros já utilizam as agências dos Correios em seu dia a dia. Agora, essa capacidade também contribui para que a população tenha mais facilidade para dar a destinação correta a equipamentos eletrônicos sem uso”, destaca o presidente dos Correios, Emmanuel Rondón.

Serão recebidos itens como celulares, notebooks, tablets, fones de ouvido, cabos e outros eletroeletrônicos de pequeno porte, que devem ser acondicionados em uma caixa aberta de até 1 metro cúbico. Pilhas, baterias e

lâmpadas não poderão ser descartadas no local.

Na agência dos Correios, o cliente faz a entrega do volume para checagem do conteúdo pelo atendente e informa nome, CPF, endereço, e-mail e telefone, para a emissão de um comprovante de envio. O fechamento da embalagem é feito no local.

Cada equipamento é destinado ao parceiro do sistema de logística reversa que seja homologado junto à rede e todo o processo é rastreado até a destinação final de cada equipamento.

Segundo Marcus Oliveira, diretor executivo da Circular Brain, muitas pessoas guardam esses pequenos eletrônicos em casa por não saberem como dar a destinação adequada e também por não haver ponto de entrega voluntária em suas cidades.

“Agora, é só juntar os aparelhos numa caixa e passar no Correio mais próximo quando for resolver outra questão”, acrescenta.

Brasil

De acordo com o último Monitor Global de Resíduos Eletrô-



nicos, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2024, o Brasil é o terceiro maior gerador de resíduos eletrônicos na América do Sul e gera 2,4 milhões de toneladas ao ano.

Desse volume, apenas 3% são coletados, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e o decreto 10.240/2020 obrigarem fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes a estruturar a logística reversa de eletroeletrônicos de uso doméstico, com metas de coleta e pontos de entrega

distribuídos pelos municípios.

Marcus Oliveira lembra que além de contaminar o solo, a água e trazer riscos à saúde, o descarte inadequado também é um desperdício de matéria-prima para a indústria, assim como o não descarte.

“Quando ficam parados em casa, sem utilidade, esses eletrônicos deixam de ser reciclados. Com isso, a indústria perde muitas matérias-primas que poderiam voltar à cadeia produtiva sem a necessidade de explorar novamente o meio ambiente”, conclui. (Agência Brasil)